

A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NUMA CRECHE COMUNITÁRIA À LUZ DA PEDAGOGIA SOCIAL

Eliete Ferreira da Silva¹

Gabriel Martins dos Santos²

Tamara Rodrigues Santos³

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a importância da pedagogia social para a atuação em trabalhos voluntários, tendo como ponto de partida da reflexão, nossa experiência de voluntariado na Creche Instituto Social de Amor e Amparo à Criança, localizado no município de São Gonçalo. Para tal, utilizamos um arcabouço teórico metodológico crítico de defesa das políticas públicas e dos direitos humanos, entendendo como a pedagogia social pode contribuir neste sentido, rompendo com as barreiras de uma atuação imediatista, com o objetivo de apontar caminhos para a superação de situações de violação de direitos, além de um compromisso prático com a transformação social dos atores envolvidos no processo educativo.

Palavras Chave: Trabalho voluntário, Pedagogia Social, Creche Isaac.

¹ Assistente Social e Pós Graduanda em Pedagogia Social pela Universidade Federal Fluminense.
Email: eliete.asocial@gmail.com

² Assistente Social, Pós Graduando em Pedagogia Social pela Universidade Federal Fluminense e Pesquisador Extensionista em Pedagogia Social. Email: gabrielmartins@id.uff.br

³ Assistente Social e Pós Graduanda em Pedagogia Social pela Universidade Federal Fluminense.
Email: tamararsantossantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabemos que as políticas públicas têm enfrentado um serevo processo de sucateamento, tornando – se mais paliativa diante das demandas, principalmente as políticas voltadas para primeira infância⁴ e educação.

Nessa conjuntura socioeconômica e política, o município de São Gonçalo⁵ como todos os lugares do território brasileiro tem sofrido com os impactos do agravamento da “questão social”⁶. Em vista disso, temos os altos índices de violência⁷, sucateamento das políticas públicas, desemprego, militarização, genocídio, extermínio entre outras violações e opressões.

Apesar deste contexto, temos pessoas comprometidas com o outro, que acredita na potencialidade de uma ação humana. Pessoas que enxergam esperança em meio ao caos. Desta forma, existem sujeitos que se engajam para mudanças na realidade social a sua volta.

Como diz o provérbio africano, “Gente simples, fazendo coisas pequenas em lugares “pouco” importantes, consegue mudanças extraordinárias” (Autor Desconhecido).

Nesta perspectiva, identificamos que a Instituição Social do Amor e Amparo a Criança (ISAAC)⁸ se origina dessa mobilização social por mudança na realidade da comunidade e das famílias, visto seu caráter de creche comunitária.

As creches são equipamentos fundamentais para a vida cotidiana das famílias, e para as crianças, pela oportunidade de acessar um espaço que busca o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, estimulando para certa autonomia num período singular e importante da vida.

⁴Sabemos que a primeira infância tem ganhado destaque e protagonismo na luta por anos de violações de direitos, visto a promulgação da Lei nº 13.257/2016 conhecida como Marco Legal da Primeira Infância. Atualmente, temos uma tentativa de reparação da invisibilidade histórica desses sujeitos.

⁵ O município de São Gonçalo/RJ é uma das principais cidades da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o IBGE (2010), a cidade detém 999.728 habitantes em 248,160 km de área dividida por cinco distritos, tais quais: São Gonçalo, Ipiiba, Monjolos, Neves e Sete Pontes.

⁶ Para entender melhor sobre a questão social, sugerimos IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis. Ano 2, n.3 (jan/jul 2001). Brasília, ABEPSS, Grafline, 2001.

⁷ Segundo Informações do Instituto de Segurança Pública (ISP), no ano passado, São Gonçalo foi o município que mais registrou homicídios em todo o estado do Rio de Janeiro. <disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/57015/sao-goncalo-foi-o-municipio-que-mais-registrou-homicidios-em-2018>> Acessado em 01.11.2019.

⁸ A Instituição Social de Amor e Amparo a Criança (ISAAC) tem como objetivo contribuir para a proteção social e integral das crianças munícipes na primeira infância, principalmente do bairro do Mutondo, Galo Branco e Colubandê. Por conseguinte, atende a crianças na faixa etária 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, a instituição atende a 66 crianças.

Na creche Isaac, tivemos a oportunidade de atuar voluntariamente com as crianças, o que motivou a construção deste artigo. Aqui faremos um passeio sobre a história do trabalho voluntário no Brasil até os tempos atuais, entendendo também a dimensão política e educativa do trabalho voluntário e suas interlocuções com a Pedagogia Social, uma vez que, durante todo este trabalho, defendemos que a mesma, tem como um de seus objetivos, promover transformações sociais no que diz respeito às estruturas que produzem historicamente as desigualdades sociais, ou seja, uma pedagogia que seja pautada na pesquisa-ação, sem dicotomizar o fazer e o pensar (Silva2017).

Assim, parece possível pensar em uma sociedade que lute por igualdade de direitos, de forma a refletir a formação humana e seus contextos, levando os sujeitos sociais a serem cidadãos críticos por meio da convivência social.

Por fim, traremos alguns apontamentos sobre nossa experiência com o trabalho voluntário na creche Isaac à luz da pedagogia social, identificando a importância de uma atuação crítica e reflexiva, que aponte para a defesa dos direitos humanos, contribuindo pedagogicamente para a construção de um presente e um futuro digno para os nossos pequeninos.

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NO BRASIL

Traçando um breve panorama da história do voluntariado no Brasil - sem a pretensão de elaborar uma análise dos fatos apresentados, apenas sugerimos um norte para a abordagem que pretendemos realizar - embora sua origem remonte os anos de 1543, data da fundação da Santa Casa de Misericórdia, na Vila de Santos, destacaremos iniciativas importantes efetivadas no decorrer do século XX. Entre estas, a chegada da Cruz Vermelha ao Brasil (1908), a promulgação da Lei de Declaração de Utilidade Pública, que institui a colaboração do Estado com instituições filantrópicas e a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, estas duas últimas caracterizadas como ação de governo.

Enquanto iniciativas da sociedade civil, ressaltamos o surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954), das Organizações Não Governamentais - ONGs entre os anos de 1960 e 1970, embora o termo tornou-se mais conhecido a partir da década de 80. A criação da Pastoral da Criança (1983), organização criada pela Igreja Católica com objetivo de treinamento de

líderes comunitários para atuarem no combate a desnutrição e a mortalidade infantil. No contexto dos anos 90, salientamos o movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza. Na década de 90, observamos que o voluntariado começa a ser valorizado pelo empresariado e desponta no programa de governo Comunidade Solidária (1995), cuja finalidade buscava a mobilização da sociedade civil de entidades governamentais e não governamentais no enfrentamento a pobreza. Em contrapartida, a partir dos anos 2000, os movimentos sociais ressurgem com mais força no cenário nacional.

Atentemos para o fato de que a conjuntura social, política e econômica na década de 90 se caracterizam pelo avanço das políticas neoliberais do governo. Neste cenário de acirramento das questões sociais, identificamos intervenções do Estado no sentido de regulamentar o terceiro setor, tal como a Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o serviço voluntário, cuja preocupação do legislador expressa em seu artigo 1º, trata de diferenciar o trabalho voluntário do trabalho assalariado.

Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa. ([Redação dada pela Lei nº 13.297, de 2016](#))

No decorrer do século XXI o trabalho voluntário se desenvolve e se estabelece na sociedade brasileira, sendo demandado tanto por parte do Estado quanto pela iniciativa privada. Em um momento de crescente desresponsabilização por parte do poder público frente à garantia dos direitos anteriormente conquistados, a sociedade civil é chamada para atuar nas lacunas deixadas pela ausência ou dismantelamento das políticas públicas. A contextualização do trabalho voluntário no Brasil e suas implicações neste cenário de retrocesso se faz necessário para que não tenhamos uma visão romantizada destes sujeitos.

Portanto, se faz necessário refletir se o voluntariado é um mero substituto para a ausência estatal na prestação das políticas públicas. Caso contrário, precisamos avançar do atendimento das necessidades imediatas da população mais vulnerável, não efetivadas pelo Estado e ultrapassar os limites do valor moral da

solidariedade, para a mobilização pela efetivação de políticas públicas, visando à garantia dos direitos sociais expressos no artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Constituição Federal, 1988, p.20).

Neste sentido, é a partir do prisma da dimensão política e educativa do trabalho voluntário que pretendemos apresentar nossas considerações e contribuições para o debate do trabalho voluntário sob a perspectiva da pedagogia social.

DIMENSÃO POLÍTICA E EDUCATIVA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Nota-se, a partir dos fragmentos da história do voluntariado no Brasil apontados anteriormente, a realização de ações e práticas tanto de iniciativas da sociedade civil, de modo geral, como outras provenientes de diferentes governos, ambas com interesses e motivações diversas, servindo a distintos propósitos pessoais e políticos. Para fins deste trabalho, não obstante à importância das discussões acerca da heterogeneidade de concepções que envolvem o trabalho voluntário, optamos por nos limitar as ações de iniciativa da sociedade civil, calcadas na solidariedade humana, cujo componente social, para além da motivação de realização pessoal, objetiva mudanças concretas na vida de seus pares, definindo seus praticantes como agentes de transformação social.

Podemos distinguir diferentes tipos de motivações do voluntariado (religiosa, filosófica, emocional, etc). Contudo, destacamos uma em particular, a motivação política, baseada no exercício da cidadania e imbuída do desejo de emancipação dos homens. Trata-se de uma intervenção consciente na sociedade, com perspectivas distintas daquelas ligadas ao altruísmo, a práticas pontuais e/ou assistencialistas.

A intervenção é uma ação social produzida a partir da inaceitabilidade de uma situação vivida por uma pessoa, por um grupo ou por uma comunidade, e provocada pelo sistema social, somente ocorrendo quando existe um movimento ou uma necessidade de mudança dos sujeitos envolvidos no processo da

intervenção. Sendo necessário que o interventor do processo possua um “olhar crítico” para o social fundamentado em ações concretas. Este “olhar crítico”, irá diferenciar ou determinar o tipo de intervenção a ser realizada: se uma intervenção sócio política ou uma intervenção assistencial. (TEIXEIRA, 2007, p.22).

Independente da motivação, todo trabalho voluntário carrega em si mesmo uma dimensão educativa que também é política. Portanto, se faz necessário perguntar, onde, como e a serviço de quem determinada ação será promovida? Trata-se de uma ação que visa única e exclusivamente à obtenção de ganhos próprios, expressa no anseio de promoção pessoal, de ganhos emocionais e/ou profissionais? Ou, diz respeito a uma ação cujos objetivos refletem propósitos mais amplos, do bem social através do enfrentamento das injustiças e das desigualdades historicamente construídas?

É exatamente esta necessidade de ir mais além de seu momento atuante ou do momento em que se realiza – diretividade da educação – que, não permitindo a neutralidade da prática educativa, exige do educador a assunção, de forma ética, de seu sonho, que é político. Por isso, impossivelmente neutra, a prática educativa coloca ao educador o imperativo de decidir, portanto, de romper e de optar, tarefas de sujeito participante e não de objeto manipulado. (FREIRE, 2001, p.35)

Deste modo, a dimensão educativa do trabalho voluntário não pode ser desprezada, pelo contrário se constitui em um vasto e desafiador campo de estudos, na medida em que nos propomos a lutar por uma sociedade educadora. Na busca por um conceito ampliado de educação, Libâneo (2010) reflete sobre os locais onde ela é produzida, os modos de se aprender e ensinar e quem pratica a educação:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (...) não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única

prática, e o professor profissional não é o único praticante. (LIBÂNEO, 2010, p.22)

O autor aponta para o aprendizado que se opera no cotidiano, na família, na escola, igrejas, rua, ou seja, em espaços de educação formal e não formal. O que esses espaços possuem em comum? A prática educativa que se realiza através das relações interpessoais, na convivência.

Para Silva (2011), a análise do direito a educação sob a ótica da pedagogia social deve ultrapassar os limites da educação escolar. Embora a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo primeiro (LDB, 1996, Art. 1º), reconheça os diferentes espaços formativos, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Por outro lado, a mesma lei estabelece: “Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias” (LDB, 1996, Art. 1º, § 1º), criando assim uma dicotomia entre educação formal e não formal, como nas palavras do autor:

Criada então a dicotomia Educação Formal x Educação não Formal é de se perguntar: qual o lugar que ocupa a Educação dita não formal no Direito à Educação? Simplesmente nenhum! As práticas de educação popular, social e comunitária carecem de políticas públicas, de financiamento, de avaliação, de política de formação de professores e são pejorativamente cognominadas não formais, sendo ofertadas em espaços precários, na maioria das vezes por ONGs e organizações populares, sociais e/ou comunitárias como se fosse uma educação pobre para uma população pobre. (Silva, 2011: 3)

Somente será possível romper com esta visão dicotomizada da educação, se avançarmos na sua compreensão como direito universal e lutar por sua efetivação enquanto política pública.

INTERLOCUÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA SOCIAL E O TRABALHO VOLUNTÁRIO

Partindo da compreensão de que a educabilidade não ocorre somente em sala de aula, de que ela está presente em todas as instituições e espaços onde se processam as relações humanas, seja no âmbito público ou privado, como a Pedagogia Social pode contribuir para integração entre os espaços de educação formal e o não formal?

Enquanto teoria que fundamenta a prática da Educação Social, a Pedagogia Social não se contrapõe a Educação Escolar. Ao propor uma visão ampliada da educação o autor considera que não existem contradições entre a Educação Social e a Educação Escolar (SILVA, 2011).

As categorias próprias da Pedagogia Social incluem o universo da marginalidade social, mas não se limitam a ele. Entender a Pedagogia Social como um projeto da sociedade significa que defendemos a ideia de que Educação se faz ao longo da vida, em todos os espaços e que todos são potencialmente educadores. (Ibidem, 2011, p. 10)

O referencial teórico de pesquisa e prática da Pedagogia Social, não exclui os saberes produzidos no cotidiano das interações sociais, antes qualifica estes saberes reconhecendo seu caráter pedagógico e potencial de transformação, quando aliado a uma prática não conservadora ou tutelar.

Dizendo de outra forma, Pedagogia Social é o referencial teórico que fundamenta, dá organicidade e cientificidade às práticas de Educação Popular, social e comunitária forjadas nos movimentos populares, sociais e comunitários no Brasil. Adotada como Teoria Geral da Educação Social (que serve também à Educação Popular e à Educação Comunitária), sua vocação primordial é tirar estas práticas educativas da posição marginal a que foram relegadas, tanto pela academia quanto pela legislação e pelas sucessivas políticas educacionais. (Ibidem, 2011, p. 8)

Assumindo a importância do papel desempenhado por educadores sociais em diversas instâncias, muitas vezes de forma voluntária, podemos pensar em uma atuação emancipatória baseada nos princípios e objetivos da Pedagogia Social. Não se trata de pensar a educação ou a Pedagogia Social de uma forma redentora, capaz de solucionar todas as questões sociais e desigualdades inerentes ao modo

de produção capitalista, mas de compreender a educação enquanto direito humano inalienável.

O TRABALHO VOLUNTÁRIO E A REALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE ISAAC – ALGUNS APONTAMENTOS

Diante deste cenário, resolvemos mergulhar de coração na experiência do trabalho voluntário com as crianças da creche Isaac. De início seria só uma ação de dia das crianças⁹, mas a acolhida, o envolvimento dos pequeninos e as necessidades da creche mexeram com a nosso âmago, a ponto de não quisermos mais parar.

Ali, tivemos a oportunidade de brincar, de ouvir, de sorrir, de abraçar e de viver uma relação simbiótica, de maneira que, não somente contribuimos para as crianças, mas também, as crianças contribuíram conosco.

Os nossos pequeninos são marcadas pela violência. Há disputa pelo domínio do tráfico¹⁰, uma guerra que parece não ter fim e histórias de perdas e dores que se repetes. De um lado ou de outro, a violência impera, subdividindo-se em facções, que com requintes de crueldade, exterminam os seus rivais. Alguns por “sorte” são presos. Uma fábrica de órfãos.

Quem sofre? Nossas crianças que tem toda sua rotina e convivência dilacerada. Tão pequenos e inocentes já entendem o significado da palavra luto. Sentem na pele as conseqüências de um desgoverno.

Muitas são as histórias de abandono, de perdas, e de negligências do estado e da família com relação a essas crianças, contada pelos seus professores e diretores da creche. Traremos como exemplo abaixo, alguns destes casos que se multiplicam na vida dos mesmos¹¹:

P; aos três anos perdeu seu pai assassinado pelo tráfico, meses depois o tio. Houve perda parcial da fala e distúrbio de comportamento;

⁹ A ação social que realizamos, consistiu numa tarde de comemoração com as crianças da creche. Doamos bolo, refrigerante, fizemos brincadeiras, e nos divertimos muito com os pequenos.

¹⁰ O morro da chumbada que percorre os bairros do Mutondo e Galo Branco é umas das comunidades que sofrem cotidianamente com a guerra pela disputa do tráfico na região. Operações policiais com confrontos são frequentes na região, como podemos ver nesta reportagem: <<https://www.ofluminense.com.br/editorias/policia/2019/09/1120186-tarde-quente-na-chumbada.html>> Acessado em 30/10/2019.

¹¹ Visando resguardar a verdadeira identidade das crianças, utilizamos a inicial de nomes fictícios para exemplificar as histórias de vida dos mesmos.

J; aos quatro anos perdeu o pai assassinado pelo tráfico. Houve momentos de agressividade e muito choro;

A; aos quatro anos perdeu sua mãe por causas desconhecidas. Houve momentos de silêncio e isolamento;

F; aos três anos viu o pai ser preso e sua mãe envolvida com o tráfico. Houve mudança de comportamento, insegurança e carência.

O reconhecimento dessas violências, nos leva a pensar em como será o futuro destas crianças e como podemos contribuir de forma positiva.

Infelizmente, em pleno século XXI nos deparamos com inúmeras violações de direitos e a invisibilidade a que essas crianças são submetidas. As mesmas acabam sendo vistas como um peso ou objeto, não só para as suas famílias desestruturadas, mas também para o estado que as negligencia. Seres tão puros e inocentes que não são vistos com todo respeito e amor que merecem.

Nosso trabalho também está pautado na luta para desfazer este paradigma, mostrando o quão importante elas são, e enquanto sociedade civil, lutar para que seus direitos fundamentais sejam garantidos. Dar uma palavra de carinho, atenção, isto certamente muda vidas. A motivação é muito importante no processo de aprendizagem infantil. A criança segura e motivada de hoje será o adulto com as mesmas qualidades de amanhã.

Sabemos que o amor¹², um sentimento de carinho e afeto que se desenvolve entre os seres humanos, de diversas formas, nos apontam para a responsabilidade social que temos uns com os outros. Isso significa afeto e respeito por suas histórias de vida. Estes, certamente são valores essenciais e tem grande significado, na interação social e na motivação para se viver. É um sentimento que nos impulsiona, e que nos leva a atingir nossos objetivos e a crer que tudo é possível.

Seguindo os ensinamentos do ilustre Paulo Freire: “A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.” (FREIRE, 1994).

A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL PARA UMA ATUAÇÃO REFLEXIVA ENQUANTO VOLUNTÁRIOS DA CRECHE ISAAC

¹² Para entendermos a importância do Amor, enquanto uma categoria fundamental em nossa trajetória de vida sugeriu a leitura de BUSCAGLIA, Leo. Amor. Editora Nova Era. Rio de Janeiro, 2002.

Acreditamos assim, que enquanto sociedade civil, temos grande responsabilidade sobre esses pequeninos, assim como a família, a comunidade e o estado, conforme aponta o estatuto da criança e do adolescente (Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990) em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária.

Desta forma, entendemos que contribuir com e no trabalho voluntário, torna-se fundamental para auxiliar, ainda que parcialmente, no atendimento das demandas que apontem para a efetivação destes direitos presentes no ECA, num mundo mergulhado na barbárie de um sistema capitalista¹³ cruel que mata e marginaliza grande parcela da sociedade a cada dia.

Trabalho este que, quando acompanhado de um saber e de uma ação pedagógica que privilegie as relações humanas e sociais, torna qualquer ação voluntária muito potente e possível. E aí mora a responsabilidade da pedagogia social.

Sabemos que a nossa atuação, extrapola os limites do cotidiano profissional, exatamente porque tem essa potência de transformar, estimulando a autonomia, a cidadania, o acesso a direitos, além de contribuir para uma educação libertadora, movimento em que ambos se beneficiam como nas palavras de Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987, p. 54).

Neste sentido, o trabalho voluntário é um trabalho de amor, é mais do que um simples trabalho, é uma ação pedagógica orientada por uma pedagogia da convivência. É a teoria materializada na prática. É a negação de que a atuação em demandas sociais só pode ser feita quando se recebe algo por ela, ou seja, o trabalho pago. É quando o educador tem a oportunidade de ter uma experiência única e inegociável, que atravessará e acompanhará a nossa trajetória profissional,

¹³ Para uma análise mais precisa sobre o sistema capitalista, sugerimos a leitura de MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

como nas palavras de Freitas: “Nesta ótica a experiência é algo único, singular, pessoal e irrepetível”. (Freitas, 2018).

Importante salientar também que, o trabalho voluntário, enquanto espaço de atuação do educador social, tem importante papel no desvelamento de demandas que apontem para situações de risco a que essas crianças possam estar vivendo, fruto das desigualdades sociais, da exclusão e até mesmo da falta de vínculo familiar. E neste sentido, a nossa contribuição extrapola os limites do imediato, livrando os pequeninos de problemas em relacionamentos futuros, como nas palavras de Lopes (2017):

Toda criança que sofre por algum tipo de violência nos primeiros anos da sua vida, pode ter seu desenvolvimento cerebral comprometido, dependendo do tipo de violência sofrida, pode causar problemas nos relacionamentos futuros. (Lopes, 2017)

O convívio dentro de um espaço educacional, estimulado pela pedagogia social, com toda certeza pode mudar a vida de muitos pequenos ali que sofrem violações cotidianamente. Violações essas que são produzidas não só no contexto familiar e/ou comunitário, mas também pela sociedade e pelo estado. E o que isso significa?

Significa considera-los enquanto sujeitos de direitos. Significa que essas crianças ao conviverem com pessoas que estimulam a cidadania, que estimulam uma pedagogia libertadora e que atuam pela defesa de seus direitos, conseguem enxergar um horizonte de respeito e de valorização da vida. Um ambiente que se processe e se defenda os direitos humanos destas crianças, algo fundamental numa sociedade democrática, como aponta Jares (2008):

Porque os direitos humanos significam o pacto mais sólido para uma convivência democrática, além de representar o consenso mais abrangente jamais conseguido na história da humanidade sobre valores, direitos e deveres para viver em comunidade. (JARES, 2008).

Assim, conviver sob o prisma da pedagogia social, significa defender e garantir os direitos humanos, fundamentais em qualquer sociedade. Significa ser um militante da transformação. Aquele que não se esconde diante das injustiças que se

processam, mas que, com um saber qualificado, atue com o objetivo inegociável de garantir a dignidade da pessoa humana.

A ideia central na qual se assenta o conceito de direitos humanos é a de *dignidade, inerente a todo ser humano*. E é a partir deste ponto que devemos construir a convivência em todos os âmbitos sociais. Dignidade que se situa entre três qualidades essenciais: *liberdade, justiça e plena igualdade* de todos os seres humanos. (Ibidem, 2008)

Também é importante destacar que o trabalho voluntário deve ser um lócus privilegiado de outra categoria muito importante na pedagogia social, que é a solidariedade. Através do trabalho voluntário estimulamos a humanização, dever ético de todo cidadão, que contribui para a socialização, para o viver, o partilhar e o ser feliz. E vale ressaltar que aqui tratamos de uma solidariedade que transpõe o simples significado de “ajudar o outro”. Mas aponta para o compromisso com a mudança social, política, econômica e cultural. (Ibidem, 2008)

Por fim, e talvez o mais belo neste trabalho com as crianças da creche é o quanto aprendemos também com elas e entendemos na prática o verdadeiro significado da pedagogia social: a importância de acreditar no outro, de não julgar, de buscar novos métodos de alfabetizar para que nenhum dos pequeninos fique excluído do processo educativo e a necessidade de trabalhar com ternura, com afeto, de maneira que todos se sintam abraçados, estimulando assim a confiança e a certeza de que todos são especiais. Acreditamos que essa combinação contribui para o desenvolvimento das crianças. Vale a pena olhar nos seus olhos, dar um sorriso, um abraço e dizer: “hei amigão/amigona, eu estou com você!” Elas entendem, sentem e talvez esse seja o maior dos ensinamentos. Não pretendemos aqui desconsiderar a teoria, porque o conhecimento teórico nos forma enquanto sujeitos éticos, políticos e pedagógicos, mas não devemos desconsiderar os aspectos subjetivos da vida.

Numa das visitas, por exemplo, sentamos ao lado de X¹⁴, um menino quieto, tímido, que costuma se isolar. Enquanto começávamos a interagir com ele e a brincar, X nos disse: “Vocês vão sentar do meu lado mesmo?” (palavras do mesmo).

¹⁴ Utilizamos neste relato a abreviação de um nome fictício, resguardando a identidade da criança na fala.

Esta frase veio carregada de significados e história de vida. X, um menino rejeitado pela família, criado por várias pessoas, sem o costume do afeto e do amor, tem descoberto outra forma de viver na creche Isaac, e o que para nós pode ser “normal”, para X, é um ato revolucionário. O menino rejeitado agora é visto, considerado. Aceito e festejado. Então, entendemos o que é a pedagogia social viva e pulsante dentro de nós. E com a esperança renovada, seguimos nossa trajetória de vida.

Viver a profissão com amor, na entrega ao outro é um requisito e, talvez, uma das estratégias mais eficazes e necessárias para dar e construir esperança. Igualmente, o exemplo do professor ou professora em sua busca cotidiana do saber, da verdade, da justiça são atitudes inerentes à esperança e, ao mesmo tempo, estratégias muito importantes para gerá-la. Em suma, viver a profissão como um exercício contínuo de esperança. (Ibidem, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste trabalho, evidenciar em nossa trajetória histórica, o quanto o trabalho voluntário foi se disseminando no Brasil até chegarmos aos dias atuais.

Hoje em dia, o voluntariado tem extrema relevância na sociedade, sendo difundido em todas as esferas, embora, muito em parte, o mesmo exista para cobrir sérias lacunas do estado, que com o advento do neoliberalismo, passou a ser cada vez mais mínimo para as demandas sociais, desprovendo uma boa parcela da sociedade do acesso aos direitos.

No entanto, não podemos apenas observar esta realidade e não agir sobre ela. E é neste sentido, que nos propomos a debater a importância da pedagogia social para a construção de um trabalho voluntário que extrapole os limites do imediatismo, para uma construção pautada num arcabouço teórico metodológico, contribuindo neste sentido para a luta pela efetivação dos direitos humanos.

O ponto de partida de nossa análise como evidenciado durante todo o trabalho, foi a creche comunitária Isaac (Instituição Social do Amor e Amparo a Criança), onde atualmente temos a honra de atuar como voluntários.

Não nos furtamos da necessidade de situar a mesma dentro do contexto de insegurança e das mazelas sociais que circundam o município de São Gonçalo, onde a mesma está inserida, apontando inclusive, os relatos de vida de algumas crianças dentro desta realidade.

Por fim, concluímos que como nas palavras de Paulo Freire:

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”
(FREIRE, 1996, p.25).

Consideramos que somente atuar voluntariamente, sem um processo de reflexão teórica, corremos o risco de esvaziar muito a nossa prática do sentido mais amplo de transformação social, todavia, o contrário também em nada contribui para essa transformação que tanto lutamos. Ser muito teórico e não agir, e não sentir e não entender as subjetividades da vida também esvazia muito a nossa prática. Principalmente quando falamos de nossos pequeninos.

Criança é amor, é verdade, é entrega, é sinceridade. Precisamos neste contexto, valorizar a potência de um abraço, de um sorriso, de uma brincadeira, que nos revela tantos sentidos, e de um trabalho que não seja voluntário somente em sua abordagem do trabalho não pago, mas um trabalho que seja voluntariamente verdadeiro e intenso.

Defendemos que a Pedagogia Social nos proporciona essa experiência viva e potente, pelos inúmeros elementos apresentados ao longo do trabalho e por sabermos que a mesma nos permite uma visão ampliada da educação, a luz de Paulo Freire, pautando a nossa atuação de maneira a superar as mazelas sociais, considerando os indivíduos em suas múltiplas demandas de vida, num processo pedagógico que extrapole o simples “ensinar e aprender” de maneira cristalizada, por uma prática em que ambos se beneficiem e onde os sujeitos envolvidos no processo educativo sejam ouvidos, valorizados e sempre muito considerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA. Site Ação da Cidadania. Disponível em: <http://www.acaodacidadania.com.br/nossa-historia>. Acesso em 02-11-2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Rio de Janeiro, Roma Victor, 12 Ed, 2010.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 01-11-2019.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 02-11-2019.

BRASIL. Lei n. 13.257 de 08 de março de 2016. Políticas Públicas para primeira infância - Marco legal da primeira infância. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>. Acesso em: 06-10-2019.

BRASIL. Lei n. 13.297 de 16 de junho de 2016. Altera o art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13297.htm;

BUSCAGLIA, Leo. Amor. Editora Nova Era. Rio de Janeiro, 2002.

FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Política e Educação: ensaios. – 5. Ed. Coleção Questões de Nossa Época. São Paulo, Cortez, 2001.

FREITAS, Sandra Neri Brito. Revista de Pedagogia Social. Vol. 6 Nº 2 (2018): Pedagogia Social como uma jornada. Experiência: Um canal de conexão com o outro. Disponível em: <http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/issue/view/6>. Acesso em 01-11-2019.

GOHN, Maria da Glória. 500 Anos de Luta Sociais no Brasil. In: Ver. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan-jun. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/Flor%20de%20Lis/Downloads/9194-33868-1-PB.pdf>. Acesso em 01-11-2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis. Ano 2, n.3 (jan/jul 2001). Brasília, ABEPSS, Grafile, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em 30-10-2019.

JARES, Xesus R. Sobre a convivência e os conteúdos de uma pedagogia da convivência.2008. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Cap%C3%ADtulo%20I%20Pedagogia%20da%20conviv%C3%Aancia%20-%20excerto.pdf>. Acesso em 29/10/2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. Ed. São Paulo, 2010.

LOPES, Ana Carolina Araujo. A infância e adolescência em foco: desvelando as condições de risco pessoal. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/ainfanciaeadolescenciaemfocodesvelandoascondicoesderiscopessoal.pdf>. Acesso em 02-11-2019.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

PASTORAL DA CRIANÇA. Site da Pastoral. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>, acesso em 02-11-2019.

SÃO GONÇALO FOI O MUNICÍPIO QUE MAIS REGISTROU HOMICÍDIOS EM 2018. Site O São Gonçalo. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/57015/sao-goncalo-foi-o-municipio-que-mais-registrou-homicidios-em-2018>> Acesso em 01-11-2019.

SILVA, Sheila Agada Ribeiro; **SILVA**, Roberto da; **LOPES**, Roseli Esquerdo. O direito à educação sob a perspectiva da pedagogia. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/32.pdf>). Acesso em 02-11-2019.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; **NETO**, Bazileu Alves Margarido. Políticas Públicas: O programa comunidade solidária e o programa de garantia de renda. In: Planejamento e Políticas Públicas N.12 Jun/Dez de 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/Flor%20de%20Lis/Downloads/140-457-1-PB.pdf>. Acesso em 02-11-2019.

TARDE QUENTE NA CHUMBADA. Site Jornal O Fluminense. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/editorias/policia/2019/09/1120186-tarde-quente-na-chumbada.html>> Acesso em 30-10-2019.

TEIXEIRA, Tânia Márcia Baraúna. Dimensões Sócio Educativas do Teatro do Oprimido: Paulo Freire e Augusto Boal. Universidad Autonoma de Barcelona, 2008. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2007/tdx-1117108-164651/tmbt1de1.pdf>. Acesso em 02-11-2019.

NOTA CURRICULAR

ELIETE FERREIRA DA SILVA – Assistente Social e Pós Graduanda em Pedagogia Social pela Universidade Federal Fluminense. Email: eliete.asocial@gmail.com;

GABRIEL MARTINS DOS SANTOS – Assistente Social, Pós Graduando em Pedagogia Social pela Universidade Federal Fluminense e Pesquisador Extensionista em Pedagogia Social. Email: gabrielmartins@id.uff.br;

TAMARA RODRIGUES SANTOS - Assistente Social e Pós Graduanda em Pedagogia Social pela Universidade Federal Fluminense. Email: tamararsantossantos@gmail.com.